

O candeeiro se apagou? A universidade brasileira sob fogo cruzado

Has the lamp gone out? The Brazilian university under crossfire

Antônio Fernando de Araújo Sá*

Resumo: A revista *Candeeiro*, da Seção Sindical dos Docentes, da Universidade Federal de Sergipe, ao longo do seu período de existência entre 1998 e 2016, desempenhou relevante papel de discussão na comunidade universitária sobre as lutas pela democratização da universidade pública no Brasil. A pluralidade das contribuições dos articulistas revela as disputas políticas e impasses institucionais no enfrentamento às políticas educacionais de corte neoliberal. Apesar de serem publicadas por um “sindicato de intelectuais”, as revistas sindicais docentes não têm tido a devida atenção no campo da história da educação no Brasil, sendo mesmo preteridas. Esse artigo tem por objetivo analisar as implicações da reforma do Estado, de matriz neoliberal no Brasil e na América Latina, tomando como *corpus* os 22 números publicados pela revista, num recorte dos desdobramentos dessa reforma nas instituições de ensino superior.

Palavras chave: Democracia, Universidade Pública, Militância Sindical Docente, Memória.

Abstract: The magazine *Candeeiro*, from the Teachers Union Section, of the Federal University of Sergipe, throughout its period of existence between 1998 and 2016, played an important role in the discussion of the struggles for the democratization of the public university in Brazil. The plurality of contributions by the writers reveals political disputes and institutional impasses in confronting educational policies with a neoliberal cut. Despite being published by a "intellectuals' union", union magazines have not been given due attention in the field of the history of education in Brazil, even being overlooked. This article aims to analyze the implications of the reform of the State, of neoliberal matrix in Brazil and in Latin America, taking as *corpus* the 22 numbers published by the magazine, in an outline of the developments of this reform in the institutions of higher education.

Keywords: Democracy, Public University, Teaching Union Militancy, Memory.

* Professor Titular do Departamento de História e Permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe. Doutor em História pela Universidade de Brasília. Agradeço a leitura atenta e crítica do texto realizada pelo professor Antônio Ponciano Bezerra e cuidadosa revisão textual feita por Amélia Castro Bezerra.

O candeeiro se apagou
O sanfoneiro cochilou
A sanfona não parou
E o forró continuou

Luiz Gonzaga, *Forró no Escuro* (1958)

Introdução

A trajetória da revista de política e cultura, *Candeeiro*, da Seção Sindical dos Docentes, da Universidade Federal de Sergipe (1998-2016), foi pautada pela proposta de articular ação sindical e produção intelectual universitária, isto é, um “canal privilegiado para um (re)pensar livre, (...) constituindo-se em instrumento de luta e luz contra o obscurantismo neoliberal vigente” (CANDEEIRO, 1998, p. 1).

A criação da revista deu-se durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), que se estruturava sob um programa “de reformas de mercado e sob a orientação ideológica do consenso do Estado mínimo”. Inspirado no consenso de Washington, esse governo logrou certo grau de governabilidade, conjugando a ortodoxia do saber tecnocrático com uma “articulação política eleitoral-parlamentar de centro-direita” (RODRIGUES, 2000, p. 367 e 368).

Sob a liderança do ministro Paulo Renato de Souza, as políticas públicas voltadas para a educação seguiam o processo internacional de reestruturação do Estado, vinculado à lógica do mercado, por meio de uma “pedagogia” da concorrência, da produtividade e da eficiência. Para ele, “os sistemas de ensino devem se tornar mais diversificados e flexíveis, objetivando maior competitividade” (DOURADO & CATANI, 1999, p. 9), segundo os padrões do capitalismo globalizado. Nessa perspectiva, a universidade funcionaria como uma empresa, vendendo serviços à sociedade, através de contratos e convênios, para garantir sua sobrevivência na barbárie capitalista.

Tomando a revista *Candeeiro*, em seus vinte e dois números publicados como *corpus* documental, nossa reconstrução histórica da trajetória da universidade pública na temporalidade da Nova República (1985-2016) permite perceber a construção de imagens dessa instituição e os conflitos em torno do seu modo de ser como uma problemática permanente da sua história. O confronto dos discursos produzidos traz como pano de fundo “a definição da relação entre a universidade com o seu contexto.

De maneiras diferentes, procuram definir o modo de ser da instituição no interior dessa relação” (CARDOSO, 2001, p. 82).

O discurso da modernização da universidade já se encontrava presente, na segunda metade do século XX, nos acordos de cooperação técnica entre os governos dos Estados Unidos da América e o Brasil, iniciados em 1950 e consolidados no acordo MEC-USAID e pelo Relatório Atcon, após o golpe de 1964. Nesse discurso as funções da universidade estavam subordinadas ao desenvolvimento do país, criando “condições racionais para a administração universitária” e “devendo funcionar como uma empresa privada”, isto é, subordinada ao “máximo de rendimento, com a menor inversão” (CARDOSO, 2001, p. 89).

Reverberações dessas ideias são perceptíveis nas reformas neoliberais dos anos 1990, em sua estratégia de desobrigação do Estado em manter as universidades públicas, como previsto na Constituição de 1988, a constante tentativa de impor o fim da gratuidade no acesso ao ensino superior e a busca no estabelecimento de novos padrões de financiamento da educação pública, novas formas de gestão, novos mecanismos de avaliação e controle, as diretrizes curriculares e a formação do professorado.

Como parte constitutiva de um “sindicato de intelectuais” (NAVARRO, 2001, 51), a revista *Candeeiro* se insurgiu contra esse discurso da competência, da eficiência e da eficácia, enfim da inserção da universidade na lógica do planejamento racional (CARDOSO, 2001, 66), propondo a construção coletiva e engajada da produção do conhecimento, com base na “crítica propriamente científica à autoridade com pretensões científicas dos *experts*, sobretudo econômicos” (BOURDIEU, 2001, p. 39).

Foi com esse espírito que a revista se erigiu como “espaço para a apresentação de críticas, reflexões e debates em torno da nossa produção acadêmica e de nossas ações políticas e sindicais” em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade social (CANDEEIRO, 1998, p. 1).

Lançada, no dia do professor em 1998, a revista *Candeeiro* tem sofrido com a descontinuidade editorial, ao longo dos anos, demonstrando a pouca atenção que a reflexão teórica e prática tem sido dada por algumas diretorias do sindicato, que, burocratizadas, afastaram-se da batalha das ideias em evidente voluntarismo político. O último número foi publicado em 2016 e, desde então, não saiu nenhum número.

A Universidade Brasileira Sob Fogo Cruzado

No exemplar inaugural da revista, o então presidente da seção sindical na Universidade Federal de Sergipe, Ruy Belém de Araújo, denunciava as consequências nefastas para a universidade pública da proposta de reforma do Estado do governo federal de Fernando Henrique Cardoso, com a implantação das organizações sociais no ensino superior. Para o líder docente, um dos seus pontos fundamentais era o “processo de publicização” do Estado, com a transferência de serviços como educação, saúde, cultura e pesquisa científica para o setor público não estatal. A gestão seria realizada por um conselho administrado, por setores representativos da sociedade, com financiamento baseado na venda de serviços à sociedade e doações. A luta contra a implantação dessas organizações sociais, no ensino superior, se justificava, conforme sua interpretação, pelas consequências desastrosas para as universidades públicas, como a destruição da rede federal de instituições de ensino superior, quebra da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a desresponsabilização do Estado para com a manutenção do ensino superior.

O artigo traduzido de Luís Cifuentes sobre as experiências impulsionadas pelo Banco Mundial, no Chile, por meio do Projeto de Melhoramento da Qualidade e Equidade da Educação Superior (MECESUP), serviu para ampliar o horizonte de compreensão de que propostas, como a do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), se inseriam no contexto das reformas universitárias, na América Latina, patrocinadas pelo capital financeiro. Em comum, temos a redefinição da função do Estado, “que deixa de responsabilizar-se pela provisão e financiamento do setor universitário e passa a interpretar um papel demarcador e incentivador” (CIFUENTES, 1999, p. 5).

Para o articulista, a avaliação do MECESUP reconheceu as debilidades do ensino superior, no Chile, especialmente no que se refere às universidades estatais em um contexto de privatização da educação superior. Entretanto, a solução para esses problemas era a renúncia do Estado “a responsabilizar-se pela equidade no acesso à educação superior”, afirmando que “a educação não é um direito que está amplamente disponível para todos” (CIFUENTES, 1999, p. 10 e 6).

Imbuído da crítica contra os “novos intelectuais” e políticos que compartilham essa “visão de mundo FMI”, o professor José Maria de Oliveira Silva, com base nas ideias de Pierre Bourdieu, afirmava que, em nome da “racionalidade econômica”, de menos Estado e mais mercado, há cada vez mais um Estado penal, encarregado da

repressão e muito distante de suas funções sociais como educação, saúde e assistência social (SILVA, 1999, p. 55-56).

Naquela conjuntura, esse discurso dominante, que se reveste da razão, do progresso e da ciência, mas que não passa de uma doutrinação simbólica, se impôs para o conjunto das instituições estatais, precarizando, no caso das instituições de ensino superior, o trabalho docente e dos técnicos administrativos, com o crescimento do trabalho temporário, a partir dos anos 1990 no Brasil.

A reestruturação produtiva no Brasil contemporâneo e o avanço do ideário do Banco Mundial nas relações de trabalho e educação trouxe, em seu bojo, uma ordem cultural, vinculada ao mundo da produção, da eficiência e da produtividade, tão importante quanto às transformações econômicas e sociais advindas da “especialização flexível” do pós-fordismo. Edna Maria Lopes da Silva denunciava que, nos anos 1990, as implicações dessas ideias no campo da educação resultaram na desregulamentação curricular e falta de autonomia das instituições educacionais, bem como a ampliação da influência empresarial nos rumos do sistema educacional. Como exemplo, a docente fixou-se na Educação de Jovens e Adultos (EJA), que nos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) perderam a obrigatoriedade constitucional do Estado em oferecê-la, “restringindo esse direito ao ensino fundamental apenas da escola regular” (SILVA, 2003, p. 45).

Para tanto, foram criados programas compensatórios, que incluíram ações filantrópicas e políticas de formação com empresas, como “Alfabetização Solidária” e “Amigos da Escola”. A priorização da educação básica, para crianças e adolescentes, segundo a articulista, tem implicado “na marginalização dos serviços da Educação de Jovens e Adultos, que tem ocupado lugar secundário no interior das políticas educacionais” (SILVA, 2003, p. 47).

Com relação a um dos programas compensatórios no campo da educação, realizado pela Universidade Federal de Sergipe em parceria com a Secretaria de Educação, Desporto e Lazer, do Estado de Sergipe e Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (FAPESSE), Rivaldo Sávio, Sônia Pimentel e Sandra Aquino avaliaram o Projeto de Qualificação Docente (PQD), em suas duas versões PQD I (1997) e PQD II (1998), cujo objetivo principal era a formação de docentes, com cursos de Licenciatura Plena, já que a maioria dos professores, em regência de classe, não possuía formação universitária, conforme determinava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB). Para os autores deste estudo, o perfil dos estudantes era, em sua

maioria, feminino, casada, carente economicamente e com idade média maior do que o estudante regular, denotando dificuldades de acesso à universidade por parte da maioria dos sergipanos. Em suas conclusões, “o PQD é parte do processo de transformação da Universidade pública. Esta transformação, trabalhada de forma autônoma e responsável, pode não só ampliar o número de vagas da UFS, mas também interiorizar-se para as áreas mais carentes do Estado de Sergipe” (2005, p. 14).

A passagem dessa política compensatória ao processo de interiorização da universidade pública enunciada neste artigo só se efetivou, de modo contraditório, durante as gestões presidenciais de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), com o estabelecimento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), emergindo tensões entre a universidade e o Estado, com relação à autonomia universitária, mas também com a sociedade civil, no que se refere à democratização ao seu acesso a setores populares.

Apesar da “realização de concursos públicos de docentes e técnicos administrativos, ainda que abaixo da necessidade das instituições” (LEHER, 2019, p. 84) e a ampliação dos *campi* ou mesmo da criação de universidades no país, intelectuais vinculados ao movimento docente, principalmente ao Sindicato Nacional do Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN), criticavam o estabelecimento de metas naquele programa governamental para que as instituições de ensino superior pudessem ter acesso aos recursos financeiros. Não era uma crítica relacionada à expansão em si, louvável, mas que esta foi uma adaptação “à ideologia da instrumentalização da razão e da cultura operatória” (NASCIMENTO, 2006, p. 8).

Ao mesmo tempo, o governo Lula era combatido por esses setores, por incentivar a mercantilização da educação, sob o impulso dos “fundos de investimentos que promovem abertura de capitais, tudo isso lastreado pelo fundo público auspiciado pelo Programa Universidade Para Todos (PROUNI), ao conceder isenções tributárias para o setor educacional especificamente com fins lucrativos e pela inversão direta de recursos nas privadas mercantis por intermédio do Financiamento Estudantil (Fies)” (LEHER, 2019, p. 18).

Essas narrativas da utilidade e rentabilidade econômica no interior das universidades públicas têm incidido na debilitação do pensamento crítico, do “conformismo perante o existente” e, principalmente, na promoção do “ajustamento a qualquer preço das universidades públicas às exigências do mundo dos negócios” (NASCIMENTO, 2006, p. 8). As consequências desse discurso de maior desempenho

possível nas universidades são a refuncionalização do seu papel ao medir o sucesso educativo pela capacidade de formar para um “saber-fazer” imediato, mitigando, ou até negando, o espaço das Humanidades (UMBELINO, 2018, p. 196).

Num mundo cada vez mais complexo, a universidade não pode se manter com um saber fragmentado das disciplinas, diante de realidades multidimensionais e transversais da contemporaneidade. Desse modo, faz-se necessária a crítica à especialização e o caráter técnico-burocrático dado à educação superior, nos últimos tempos no Brasil, cuja perspectiva instrumental destrói o sentido humanista e a criticidade das ciências humanas, fundamental para o ajustamento questionador às mudanças do mundo contemporâneo (SÁ, 2008/2009, p. 41-44).

Segundo Antônio José Nascimento, “jamais se promoveu tanto, como agora, o acumplicimento da ciência com o capital e o das universidades com o mercado, num gesto que destrói pela raiz a autonomia intelectual e científica – cada vez mais próximas de sua conversão em meros centros técnicos avançados do ensino médio”. Como exemplo, esse economista citava, com base na sua experiência docente nos cursos de economia, o caráter cada vez mais utilitário de formação, com o estímulo, desde a entrada na universidade, do “empreendedorismo” (NASCIMENTO, 2006, p. 5).

A formação dos professores também sofreu (e sofre) com o “assalto às consciências” com a consolidação dessa ideologia política do neoliberalismo, quando algumas categorias econômicas, como custo-benefício e taxa de retorno, se imiscuíram no discurso das reformas educacionais, a partir dos anos 1990. Entre as ideias fundamentais para o avanço da hegemonia neoliberal no processo de formação de professores estão a de que “os serviços de ensino sejam comercializados livremente, facilitando operações como grupos educacionais estrangeiros e aprovação de cursos a distância” (LACKS, 2006, p. 32).

Desde os anos 1990, permanecendo nos anos do governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), tais ideias demarcaram as políticas públicas de educação, com relação à modalidade de educação a distância, pois garantiria, segundo o discurso governamental, o aumento do número de vagas ofertadas no ensino superior, bem como sua democratização com relação aos grupos marginalizados. Essa perspectiva priorizava o “técnico”, minimizando “o político e o pedagógico” (LACKS, 2006, p. 34).

Essa crítica se dirigia a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), rede consorciada de instituições públicas universitárias que oferecem cursos de graduação e pós-graduação, na modalidade a distância. Segundo Solange Lacks, há que se

enfrentar esse modelo baseado nos princípios do mundo produtivo, com a ressignificação de categorias e conceitos do campo educacional, na batalha das ideias pedagógicas, estabelecendo um projeto contra hegemônico baseado na concepção omnilateral, pautado na formação humana, com base na autonomia e no aprimoramento pessoal, como contraponto à formação tecnicista e unilateral da ideologia neoliberal. Seguindo a proposta da Associação Nacional de Formação de Professores da Educação (ANFOPE) de formação de uma base comum nacional, unificadora do “reconhecimento do valor social dos profissionais da educação no contexto brasileiro”, a professora defendia a inclusão das classes populares no processo educacional (LACKS, 2006, p. 37).

Para Celi Taffarel, a modalidade de ensino a distância representava a destruição da formação e desqualificação do trabalho docente, travestida em “uma perspectiva de democratização da educação”. A fragmentação do trabalho pedagógico, entre professores, tutores e estudantes, traz como consequência “o aprofundamento da desqualificação e destruição do trabalho docente”. Para a articulista, “o parcelamento do trabalho barateia a produção e o descaracteriza como atividade totalizante”, retirando a autonomia do professor no processo de trabalho pedagógico, e, ao mesmo tempo, “negligencia a dimensão humana e relacional da educação” (TAFFAREL, 2010-2011, p. 17 e 19).

Pautando-se nas ações concretas de resistências dos movimentos docente e estudantil, Celi Taffarel e Solange Lacks defendiam a proposta do Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN) como base para a construção de um projeto contra hegemônico de universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, contrapondo-se às diretrizes definidas pelo REUNI (2007, p. 1-10).

Outra leitura sobre a educação a distância foi estabelecida pelos professores Maria Neide Sobral da Silva e Henrique Nou Schneider, da Universidade Federal de Sergipe. Para a primeira, “a Educação a Distância insere-se como suporte de escolarização de modo a encurtar distâncias, distribuir o tempo de aprendizagem e levar os sujeitos a uma melhor performance, em um mundo cada vez mais tecnologizado” (SILVA, 1999, p. 32). Para Schneider, a Internet pode se constituir em um veículo de comunicação importante para o acesso à informação, geração de conhecimento e formação de opinião e consciência. Para este professor, “com o ensino a distância (EaD) se desvincula o processo ensino-aprendizagem da necessidade da

sala de aula física, apesar de ser necessário alguns encontros entre os estudantes e seus respectivos tutores” (SCHNEIDER, 2005, p. 27).

Nesse sentido, a tecnologia “deve ser utilizada para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem presencial, para possibilitar a educação continuada, a partir do ensino a distância, para fortalecer a atividade de P&D e para democratizar, ainda mais, a informação” (SCHNEIDER, 2005, p. 32).

Segundo este articulista, a implantação do *e-learning* poderia enriquecer as aulas, nas universidades, com a disponibilização de material didático via Internet, a criação de fóruns virtuais de discussão e o atendimento virtual personalizado para o aluno. Para ele, o Brasil necessita entrar na era do conhecimento e o *e-learning* é “um excelente atalho!” (SCHNEIDER, 2006, p. 48).

Esses professores defendiam que os novos paradigmas educacionais podem contribuir para o “desenvolvimento multidimensional do homem, que mesmo envolto na incerteza e na dispersão, poderá criar unidades unificadoras de conhecimento em redes”. Nesse sentido, a “EAD pode se constituir em uma grande alternativa para isto. A Universidade tem o dever de voar junto” (SILVA, 1999, p. 36).

Esse confronto de ideias sobre a EAD demonstra a importância da revista *Candeeiro*, no debate sobre problemas relacionados à educação superior em Sergipe, numa postura democrática de disputas para soluções aos impasses políticos e institucionais da universidade pública, seguindo (ou não) as diretrizes propostas pelo ANDES-SN.

Essas e outras questões foram inseridas em um enfoque mais amplo e crítico ao Plano Nacional de Educação (PNE - 2011-2020), quando pesquisadores e estudantes demonstraram que muitas de suas metas não condiziam “com as reais necessidades educacionais do país”, denunciando o atendimento dos “interesses privados da educação, principalmente porque as principais formas propostas para a elevação da qualidade da educação serão de responsabilidade de programas focais e pontuais” (JESUS et. all., 2010-2011, p. 9 e 10).

Esse texto coletivo teve como argumento central que a reforma universitária tem avançado, desde 2004, à margem das demandas da sociedade, por meios de programas fracionados, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), o REUNI, entre outros. A proposta do governo federal para o PNE representava muito mais um “sistema nacional de avaliação” do que um sistema nacional de educação, cujo foco era

estabelecer um padrão de qualidade educacional, a partir de modelos de avaliação, regulação e supervisão, burocratizando a atividade universitária (JESUS et. all., 2010-2011, p.12).

Já Anamaria G. B. de Freitas afirmava que a grande tarefa do Plano Nacional de Educação era a inclusão social, em todos os níveis educacionais, inclusive oferecendo “alternativas que favoreçam a flexibilidade e o uso das tecnologias da informação e comunicação”, como, por exemplo, os cursos semipresenciais. Além do acesso aos diferentes níveis e modalidades, essa inclusão também precisa se fixar “na permanência e na formação de qualidade, para várias gerações” (FREITAS, 2010/2011, p. 25).

Nesse conjunto de escritos sobre a universidade, chamou-nos a atenção de que a abordagem da maior parte dos artigos se concentrou na análise das políticas públicas e seus desdobramentos nas instituições de ensino superior, deixando-se de lado os movimentos docente e estudantil. A exceção foi o artigo de José Vieira da Cruz sobre o movimento estudantil, nos anos 1960, a partir da atuação do Centro Acadêmico Silvio Romero (1951). O periódico *Academus*, publicado pelos estudantes, constitui-se em importante centro de debates sobre temas, como a campanha do “Petróleo é Nosso”, a necessária reforma agrária e a urgente criação da Universidade de Sergipe, cuja proposta era a de uma “Universidade para o Povo” (CRUZ, 2002, p. 58).

Durante o governo Seixas Dória (1963-1964), houve intensa participação dos estudantes secundaristas e universitários no Movimento de Educação de Base (MEB), Campanha Estadual de Alfabetização (CEA) e no Centro Popular de Cultura, da União Estadual dos Estudantes Sergipanos (UEES). Nesse momento, a Juventude Universitária Católica (JUC) hegemônizava o movimento estudantil, com a presença de grupos minoritários, mas atuantes, como a Ação Popular (AP), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP).

Com o golpe civil-militar de 1964, a repressão se abateu sobre esse movimento com o fechamento das atividades da União Nacional dos Estudantes (UNE) e, no caso sergipano, da UEES. Entretanto, a rearticulação da resistência estudantil à ditadura militar se fez presente no debate para a criação da Universidade Federal de Sergipe, instalada em maio de 1968.

Ciência, tecnologia e universidade

A convergência de estratégias para a institucionalização de uma racionalidade econômica e produtivista na universidade impôs a burocratização do trabalho docente, denunciada desde os anos 1990, já que não se pode preocupar apenas com a produtividade da pesquisa, mas, principalmente, criar a capacidade de se indignar diante das mazelas da globalização periférica. A tentativa de dissipar o espírito livre, autônomo e crítico, que sempre marcou a trajetória da universidade, tem transformado o docente em mero cumpridor de tarefas a serem executadas e avaliadas através de planilhas de pontuação para participar de editais de pesquisa ou extensão.

A linguagem tecnocrática da economia tem hegemonizado o discurso da modernização e do planejamento universitários, moldando determinado modo de ver a universidade brasileira, ainda que a discussão sobre as contradições entre as dimensões “inovação” e “ciência e tecnologia” não possa ser preterida pelos agentes da comunidade universitária (LEHER, 2019, p. 55).

A identificação de problemas relacionados às competências tecnológicas das universidades nordestinas relacionadas à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior no Brasil foi tematizada na revista pelo professor Carlos Alberto Silva e estudantes de graduação. A partir da experiência da Universidade Federal de Sergipe, o texto coletivo analisou a produção dos grupos de pesquisa do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET) e do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), demonstrando a pouca presença de pesquisas em rede, com instituições nacionais e internacionais, o baixo grau de internacionalização da pesquisa, a falta de prioridade de parcerias com as empresas privadas e o pouco conhecimento do procedimento do processo de registro de patentes. Realizada entre 2000 e 2008, o artigo constatou que, apesar de não atingido, à época, o amadurecimento institucional da pesquisa, houve certo desenvolvimento nos duzentos e dez projetos de pesquisa registrados em 2008, no sentido de possibilitar “treinamento, consultoria e tecnologia para diversos segmentos do sistema produtivo” (SILVA e outros, 2008/2009, p. 45-50).

Apesar de existir um investimento, em escala crescente, de recursos financeiros de fundos setoriais para as atividades de P&D, em empresas e instituições, como institutos especializados e universidades, públicas e privadas, nas últimas décadas, “a resposta do sistema produtivo tem sido, entretanto, extremamente baixa” (SERRA e BARBASTEFANO, 2016, p. 12). Segundo Eduardo G. Serra e Rafael Barbastefano, as razões do problema podem ser encontradas, principalmente, nas taxas de juros praticadas no Brasil, que “reforça o desincentivo aos investimentos em P&D, uma vez

que as taxas elevadas tendem a atrair o capital disponível, alternativamente, para aplicações financeiras, uma vez que o investimento em inovação é inerentemente arriscado e com alta probabilidade de fracasso” (SERRA e BARBASTEFANO, 2016, p. 15).

Esse processo de financeirização da economia brasileira também provoca um quadro de desindustrialização, com a predominância de setores mineradores e do agronegócio, voltados para a exportação. Talvez a exceção se restrinja à área de petróleo e gás. Além disso, há uma “falta de concatenação e coordenação entre as políticas ligadas à indústria, à Ciência e à tecnologia”, constatando-se “que a política brasileira de fomento tem características de um ‘balcão’, onde os projetos, representando iniciativas e interesses pulverizados, são analisados e atendidos individualmente” (SERRA e BARBASTEFANO, 2016, p. 19).

Portanto, no que se refere ao potencial tecnológico das universidades públicas e da sua transferência para o setor produtivo nacional, os estudos publicados na revista revelam certa incapacidade em articular a pesquisa universitária com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao contexto econômico do país. Talvez mais motivada pelo desinteresse do empresariado nacional e local em investir nessa parceria, e o Estado brasileiro em preferir importar tecnologias, do que incentivar, de forma apropriada, a sua produção, no âmbito da universidade pública.

Considerações Finais

Esse conjunto de textos da revista *Candeeiro* elaborou coerente análise dos percalços na luta pela democratização do acesso ao ensino superior, partindo das diretrizes do projeto de universidade construído pelo ANDES-SN, seja no combate à burocratização da universidade, cuja função pedagógica tem sido controlada pela burocracia dos sistemas de gestão das atividades docentes, seja na luta contra determinada concepção de Universidade em que o conhecimento constitui-se no principal fator de produção, tornando-o um produto, uma mercadoria. Essa mercantilização, articulada com a educação, tem se transformado em um dos eixos da transformação produtiva e do desenvolvimento econômico no capitalismo globalizado.

Décadas atrás, Maurício Tragtenberg denunciava a conversão da ciência em um pressuposto do capital, “no qual a eficácia da ideologia do poder burocrático se constituirá no principal meio de reprodução”, com a definição da hierarquia, eficiência

e especialização universitárias, direta ou indiretamente, por parte das agências financiadoras (TRAGTENBERG, 2004, p. 80).

Entretanto, para entender a crise da universidade contemporânea, na sua redefinição como instituição ligada à dominação, surpreendeu-nos a ausência de reflexões na revista sobre a história do movimento docente e, especialmente, dos desdobramentos de movimentos paredistas, ao longo dos quase quarenta anos de existência do sindicato nacional, o que pode ser sintomático da relativa cisão entre a teoria e a prática do sindicalismo universitário docente, no que concerne às mobilizações políticas e ideológicas, em torno da defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade social.

Por isso, entendemos a memória sindical docente como alavanca para ações coletivas no combate às contrarreformas universitárias, propostas por governos de variados matizes ideológicos, em seu explícito objetivo de (des)financiamento estatal da educação universitária. A ruptura geracional imposta pelas reformas do sistema previdenciário, nas duas últimas décadas, transformou essa memória em lugar de combate e reflexão para contextualizar os dilemas e impasses pela democratização do acesso à educação no Brasil. A centralidade do combate à educação instrumental nas instituições de ensino superior, flexibilizada para atender às necessidades do mercado de trabalho, deve ganhar concretude com a superação da ideia de inutilidade das ciências humanas na contemporaneidade (LIMA, 2015, p. 115), pautada em uma suposta “supremacia histórica da tecnologia científica”. O lugar e a função cultural da Filosofia e das Humanidades se constituem na “única possibilidade atual de universalidade da Universidade: não mais a universalidade real do saber, mas a integração crítico-reflexiva da diversificação através da elucidação permanente do significado da tarefa do conhecimento” (SILVA, 1987, p. 72 e 73).

Em um contexto regressivo no campo dos direitos humanos e das condições sociais no Brasil, intervir, nesse debate, significa denunciar o autoritarismo do governo Jair Bolsonaro contra as instituições federais relacionadas à cultura, à ciência e à educação. Apresentado em um momento de corte de verbas para a educação superior no Brasil, o programa Future-se, proposto pelo Ministério da Educação, ataca a autonomia universitária, garantida na Constituição Federal, introduzindo uma linguagem mercadológica propícia à visão utilitarista da ciência no seu modo de pensar a universidade. Como a educação não deve ser considerada pelo viés do custo/benefício típica de uma empresa, tal projeto deve ser combatido vigorosamente

pela universidade, já que o agir ético e racional na produção do conhecimento se constitui na base da legitimação do “seu porvir” (LEHER, 2019: p. 19).

Como na música do rei do Baião, o Candeeiro se apagou, mas a luta pela democratização da universidade e o combate contra o projeto autoritário em curso no Brasil continua central no movimento docente universitário brasileiro.

Bibliografia

ANTUNES, Ricardo e PINTO, Geraldo Augusto. *A Fábrica da Educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista*. São Paulo: Cortez, 2017 (Coleção questões de nossa época, v. 58).

ARAÚJO, Ruy Belém de. As Instituições Federais de Ensino Superior e as Organizações Sociais. *Candeeiro: revista de política e cultura da seção sindical dos docentes da UFS*. Ano I, v. I, outubro de 1998, p. 4-9.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CIFUENTES, Luís. O Projeto de Melhoramento da Qualidade e Equidade da Educação Superior: Um exemplo de aplicação da política universitária do Banco Mundial. *Candeeiro: revista de política e cultura da seção sindical dos docentes da UFS*. Ano 2, v. 2, março de 1999, p. 5-10.

CRUZ, José Vieira da. O Movimento Estudantil no Início dos Anos 60 em Sergipe: Contribuições para seu estudo. *Candeeiro: revista de política e cultura da seção sindical dos docentes da UFS*. Ano V, v. 7-8, agosto de 2002, p.55-60.

Editorial. *Candeeiro: revista de política e cultura da seção sindical dos docentes da UFS*. Ano I, v. I, outubro de 1998, p. I.

DOURADO, Luiz Fernandes & CATANI, Afrânio Mendes (orgs.). *Universidade Pública: Políticas e identidade institucional*. Campinas/SP-Goiânia/GO: Autores Associados/UFG, 1999.FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Entrevista: Plano Nacional de Educação. *Candeeiro: revista de política e cultura da seção sindical dos docentes da UFS*. Ano XII, v. 19-20, 2010-2011, p. 23-26.

JESUS, Sônia Meire S. Azevedo (coord.). *A Educação Superior e o Plano Nacional de Educação*. *Candeeiro: revista de política e cultura da seção sindical dos docentes da UFS*. Ano XII, v. 19-20, 2010-2011, p. 9-15.

LACKS, Solange. Política Neoliberal, Universidade e Formação de Professores. *Candeeiro: revista de política e cultura da seção sindical dos docentes da UFS*. Ano IX, v. 13-14, novembro de 2006, p. 30-38.

LEHER, Roberto. *Autoritarismo contra a universidade: O desafio de popularizar a defesa da educação pública*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019 (Coleção Emergências).

LIMA, Isabel Pires de. *O tempo dos 'inutensílios': O lugar das humanidades na contemporaneidade*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2015 (Coleção Orações de Sapiência).

NASCIMENTO, Antônio. O fim da universidade. *Candeeiro: revista de política e cultura da seção sindical dos docentes da UFS*. Ano IX, v. 13-14, novembro de 2006, p. 5-9.

NAVARRO, Ignez Pinto. *ANDES-SN: Um sindicato de intelectuais. História e Memória (1981-1994)*. Cuiabá: ADUFMAT, 2001.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Brasil: De Fernando a Fernando: Neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994*. Ijuí (RS): Editora UNIJUÍ, 2000.

SÁ, Antônio Fernando de. Universidade, Cultura e Interdisciplinaridade. *Candeeiro: revista de política e cultura da seção sindical dos docentes da UFS*. Ano IX, v. 17-18, 2008-2009, p. 41-44.

SÁVIO, Rivaldo; PIMENTEL, Sônia & AQUINO, Sandra. Projeto de Qualificação Docente II: Uma experiência educacional no nordeste brasileiro. *Candeeiro: revista de política e cultura da seção sindical dos docentes da UFS*. Ano VIII, v. 11-12, fevereiro de 2005, p. 9-14.

SCHNEIDER, Henrique Nou. Educação a Distância via Internet. *Candeeiro: revista de política e cultura da seção sindical dos docentes da UFS*. Ano IX, v. 13-14, novembro de 2006, p. 39-48.

SCHNEIDER, Henrique Nou. Inclusão Digital: Internet para a Educação e Cidadania. *Candeeiro: revista de política e cultura da seção sindical dos docentes da UFS*. Ano VIII, v. 11-12, fevereiro de 2005, p. 27-32.

SERRA, Eduardo G. e BARBASTEFANO, Rafael. Oferta de Recursos para Inovação Tecnológica no Brasil e Resposta do Sistema Produtivo: Razões do hiato atual e impactos na universidade. *Candeeiro: revista de política e cultura da seção sindical dos docentes da UFS*. Ano XIV, v. 22, 2016, p. 9-21.

SILVA, Carlos Alberto da, REIS, Bruno Almeida dos, MARTINS, Felipe Andrade e MONTEIRO, José Ricardo da Silva. Potencial Tecnológico da Universidade Federal de Sergipe (UFS): Um estudo comparativo. *Candeeiro: revista de política e cultura da seção sindical dos docentes da UFS*. Ano IX, v. 17-18, 2008-2009, p. 45-50.

SILVA, Edna Maria Lopes da. Educação e Reestruturação Produtiva no Brasil Contemporâneo. *Candeeiro*: revista de política e cultura da seção sindical dos docentes da UFS. Ano VI, v. 9-10, outubro de 2003, p. 43-47

SILVA, Franklin Leopoldo e. O papel das humanidades no contexto tecnológico. *Revista USP*. São Paulo, (4) p. 65-74, março de 1987.

SILVA, José Maria de Oliveira. O flagelo neoliberal. *Candeeiro*: revista de política e cultura da seção sindical dos docentes da UFS. Ano 2, v. 2, março de 1999, p. 55-56.

SILVA, Maria Neide Sobral da. Educação a Distância no Contexto Atual: Notas para uma reflexão. *Candeeiro*: revista de política e cultura da seção sindical dos docentes da UFS. Ano 2, v. 3, outubro de 1999, p. 32-37.

SOUZA, Eliana. *História e Memória: Universidade Federal de Sergipe (1968-2012)*. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2015.

TAFFAREL, Celi. Contradições da Expansão e da Educação a Distância: Destruição da formação e desqualificação do trabalho docente. *Candeeiro*: revista de política e cultura da seção sindical dos docentes da UFS. Ano XII, v. 19-20, 2010-2011, p. 17-22.

TAFFAREL, Celi e LACKS, Solange. REUNI e a Educação a Distância. *Candeeiro*: revista de política e cultura da seção sindical dos docentes da UFS. Ano X, v. 15-16, p. 1-10, 2007.

TRAGTENBERG, Maurício. *Sobre educação, política e sindicalismo*. 3ª. Edição revista. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

UMBELINO, Luís Antônio. O fim das humanidades: ensino e aprendizagem em época de crise. *Cadernos de Pesquisa*. V. 48, n. 167, p. 192-202, jan./mar. 2018.



Recebido: 30 de março de 2020

Aprovado: 11 de maio de 2020